

Brasil Mulher

ANO 3

Dezembro — 1977

Nº 10

Cr\$ 8,00

Quem foi
Girse?

Pág. 5

Sexualidade
da mulher

Pág. 8 e 9

O Congresso
das
metalúrgicas

Pág. 3

Esse chão
aquí é meu

Os lotes clandestinos

Pág. 13



ASMOB - MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MUSEO DEL
1977

Expediente

Diretora responsável: Ana Maria de Cerqueira Leite

Conselho Editorial: Amelinha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Angela Borba, Beatriz do V. Bargieri, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosa S. C. Leite

Colaboradores: Alberto Tassinari, Aparecida M. de Oliveira, Carlos Manoel Carolino, Diva M. B. Romão, Elza Machado, Eurides Cardoso, Licínio de Azevedo, Ieda Areias, Iara A. Prado, Mada Barros, Maria Tereza Figueiras, Marisa Sobral, Mozart Benedito, Maria Eliza Leonel, Marli de Araújo, Maria Prudente de Moraes, Marlene Crespo, Maria Teresa Ghiringhelo, Monica Teixeira, Mariestela Debenest, Nana Gama e Silva, Sílvia Regina de Castro Lima, Sergio Matheus, Percival Maricato, Katia Antunes de Andrade, Walquíria Queiroz.

Ilustrações: Conceição Cahú, Chico Borges, Laerte, Albertina de Carvalho, Fausto, Nana, Marlene Crespo, Arthur

Fotografia: Glorinha, Sandra Adams

Diagramação: Eva, Miriam, Gau, Gelsa

Distribuição: Darci de Lucca

Correspondente: Vanice Rahal (México)

Dept. Jurídico: Marcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Greenhalg

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher

Sede em Londrina; São PAULO: R. Arthur Prado, 637, Paraíso; Cx. Postal 19238

Tiragem: 10.000 exemplares

A reprodução de matérias do Brasil Mulher é permitida. Solicitamos apenas que cite a fonte

Serviços de impressão: Diários Associados de São Paulo

Dezembro de 1977

Venda do Brasil Mulher: Rio de Janeiro: Livraria Entrelivros, Centro da Mulher Brasileira: Av. Franklin Roosevelt, 39 sala 713; Livraria Folhetim, Muro Livraria e Editora Ltda: R. Visconde de Pirajá, 82, sala 102; São Paulo: Livraria Diadorin: Pça. Dom José Gaspar, 106, loja 19, Editora Dis. Avanço: Rua Aurora, 704

Recife: Livraria Dom Quixote; Av. Conde de Boa Vista, 250 loja 4, livro 7

Curitiba: Livraria Chinone Ltda

Belo Horizonte: Pró-Centro da Mulher Mineira

Brasil Mulher

Ano 3

Há dois anos surgiu em Londrina, Paraná, o jornal Brasil Mulher, criado por um grupo de mulheres. Conscientes de que as mulheres representam o setor politicamente menos ativo da sociedade, tentavam com essa iniciativa mobilizá-las para as lutas por liberdades democráticas e por anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados e banidos políticos.

O jornal apareceu com o objetivo de propagandear essas lutas para o setor feminino da população, como uma iniciativa pioneira, dentro da imprensa independente e combativa do país. Embora ainda não tivesse consciência da problemática específica da mulher, a sua preocupação de mobilizar as mulheres para as questões gerais teve um caráter positivo.

Não foi porém, uma iniciativa isolada, apareceu num momento de mobilização social e política, quando surgiram e se desenvolveram grupos de mulheres em vários estados brasileiros assumindo diferentes lutas políticas e econômicas através de Associações de Donas de Casa, Clube de Mães, Movimento Feminino pela Anistia, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, o jornal Nós Mulheres, etc.

Vivendo numa situação de falta de liberdade de organização e expressão, onde as condições de vida e trabalho são as piores

possíveis, o Brasil Mulher procurou apoiar e divulgar todas essas iniciativas.

E neste processo começou a conscientizar-se de que a mulher, além da participação nas lutas mais gerais, deveria organizar-se para conquistar uma posição mais justa na sociedade brasileira. Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos: salários inferiores aos dos homens mesmo quando executam trabalho idêntico; dificuldades de acesso à especialização profissional, com barreiras ao ingresso a determinadas carreiras; faltas de meios que possibilitem a mulher deixar o lar para o trabalho como: inexistência de creches, refeitórios nas fábricas, lavanderias coletivas; sua responsabilidade total nas tarefas domésticas, etc. É dentro deste quadro que se colocam as preocupações centrais do Jornal Brasil Mulher hoje.

Com muito esforço, devido a falta de infra-estrutura material, comuns à imprensa independente, o Jornal tem conseguido sair. Compreendendo que as reivindicações específicas da mulher se inserem nas lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros, o Brasil Mulher tem se proposto a apoiar e divulgar as mobilizações femininas, pois tem claro que a sua participação é fundamental na construção de uma sociedade mais justa.

Assine VERSUS



Remeta três assinaturas e ganhe um disco da série MÚSICA DO SUL, lançado por Marcus Pereira...

Remeta seis e ganhe dois discos. Remeta nove e prepare-se para receber EM SUA CASA, inteiramente de graça, UMA COLEÇÃO MÚSICA POPULAR DO SUL, com quatro discos.

Assine Versus com seus amigos.

Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda., rua Capote Valente, 376, Pinheiros, SP, CEP 05.410. Cada assinatura, Cr\$ 150. Dados necessários:

Nome

Rua

Bairro

Cidade

CEP

Estado

A imprensa independente só depende do leitor.

Leia

Em Tempo

De fato

Movimento

Pasquim

Revista do Henfil

Coojornal

Nós Mulheres

Versus

Repórter

Bagaço

Paca-tatu, Cutia não

Invasão

Brasil Mulher

Poesias Populares

(Jornal do Poeta).

O Crivo

O Picareta

Cobra de Vidro

1º Congresso da Mulher Metalúrgica

O Sindicato de São Bernardo possui 38 mil operários sindicalizados, dos quais 3 mil mulheres. Mas a participação efetiva da mulher no sindicato é praticamente inexistente. Nem mesmo a reposição salarial, discutida nas últimas assembleias, conseguiu mobilizar as trabalhadoras. Segundo seu presidente, «dos 5 mil operários que comparecem à Assembleia, se tivesse 5 mulheres era muito».

Isto não aconteceu apenas no caso das metalúrgicas. Embora em várias regiões do país, principalmente em São Paulo, grande parte dos operários de diferentes categorias tenha participado das assembleias e da campanha pela reposição salarial, a presença da mulher trabalhadora foi sempre muito pequena. Como tem sido em outras ocasiões. Mas o salário da mulher também não foi atingido pela falsificação dos índices de reajuste de 1973?

A maioria das operárias procuram no sindicato principalmente a parte de assistência médica, cursos de madurez e atividades sociais, como bailes. Também fazem reclamações trabalhistas, denúncias de abusos de chefes de seções, geralmente homens.

O próprio presidente do sindicato, Luis Inácio, reconhece que pelo fato de a grande maioria dos trabalhadores de categoria serem homens, nunca houve uma preocupação maior no sentido de trazer a mulher a uma participação política. E que um

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema está em fase de organização do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. A realização do Congresso está prevista para os dias 21 e 28 de janeiro de 1978. Existem 120 mil trabalhadores metalúrgicos na região, entre os quais 18 mil são mulheres. A mão-de-obra feminina é o setor mais explorado da categoria, recebendo em média 50% do salário pago aos homens.

dos problemas para a participação feminina reside no tabu que existe por parte dos próprios homens: «Eles não compreenderiam um relacionamento mais próximo entre os homens e mulheres no sindicato». Por outro lado, esses tabus são reforçados pelas próprias mulheres trabalhadoras, que não se sentem seguras para participar de um ambiente «tão masculino». Afinal, ir às reuniões do sindicato «é coisa de homem». A mulher, quando chega do trabalho, deve ficar ao lado dos filhos, cuidar da casa, preparar o marmita para o dia seguinte, etc.

À NOITE: EM CASA, NO SINDICATO OU NO TRABALHO?

Está sendo proposta uma modificação nas Leis Trabalhistas, visando a aprovação do trabalho noturno para a mulher, até hoje proibido por lei, salvo alguns poucos trabalhos considerados exceção. A argumentação legal dada para esta proposta é de que o trabalho noturno é uma reivindicação da própria mulher: ser equiparada ao homem. Foi isto que levou a atual diretoria do sindicato à organização do Congresso.



Entrevistado pelo BM sobre o assunto, Luis Inácio disse: «Eu só acredito nessa argumentação se se trouxer as mulheres metalúrgicas aqui no sindicato e elas disserem que querem exatamente isso. Porque o que eu percebo de longe é que se a lei for aprovada, a mulher metalúrgica vai entrar numa fábrica às 16:30 e sair às 3:20 da madrugada, com o filho em casa, sem poder pagar empregada, se dispondo a andar por aí de madrugada, etc. É, eu acho que não vai ser nada bom. Por outro lado, eu acho que quem está interessado na mão-de-obra feminina é a classe empresarial, como meio de baratear o custo de mão-de-obra e não a mulher. Para as

empresas, esta lei seria extraordinária: era mandar embora o homem que ganha cinco mil cruzeiros e admitir a mulher para ganhar dois mil. Você entende? Este foi um dos motivos que nos levou à realização desse Congresso».

A realização do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica representa uma primeira tentativa de começar a trabalhar junto às operárias, visando a ampliar a participação política feminina dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. O Sindicato pretende que toda a organização e preparação do Congresso seja realizada pelas próprias operárias metalúrgicas da região. Para isto está promovendo discussões operárias metalúrgicas da região. Para isto promovendo discussões preliminares sobre ele junto a todas as fábricas, principalmente aquelas onde existe maior participação da mão-de-obra feminina.

Estão sendo elaborados estudos sobre as condições de vida e trabalho da mulher metalúrgica, além de filmes, slides, que se constituirão num material de apoio às discussões durante o Congresso, onde serão debatidos 3 temas: A mulher no trabalho, A mulher no lar e A mulher no sindicato.

Nós, do Brasil Mulher, vemos o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica como mais um incentivo para a continuidade de nosso trabalho, mais um passo na luta pela emancipação da mulher trabalhadora. E acima de tudo, um passo maior no desenvolvimento da solidariedade e da unidade de interesses de homens e mulheres trabalhadores.

Você tá louca? Sindicato é lugar de homem!

Conversamos com algumas operárias do Sindicato dos Oficiais, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas e Chapéus de Senhoras de São Paulo. «O principal problema», diz uma operária, «é que a mulher trabalhadora não pode dedicar seu tempo fora do trabalho para ir ao sindicato, porque suas tarefas domésticas não permitem». Pois é, «o problema é que passamos o dia todo na fábrica — entro às sete e vinte e saio às quinze pras seis — e ainda temos que ir correndo para casa, cozinhar para o marido e filhos», diz outra trabalhadora. «Sendo assim, não sobra tempo pra mais nada».

Este é um problema que de maneira geral atinge a todas as trabalhadoras, e é responsável pelo fato da mulher mostrar-se sempre pouco informada e mobilizada para as questões da classe trabalhadora. Mas os problemas não param aí. «As

vezes a gente quer ir ao sindicato, mas o meu marido não deixa. Ele diz que a gente não deve se meter nessas coisas.» De fato, a desmobilização atinge tanto as operárias como aos operários, mas ela é mais marcante na mulher, por todos os condicionamentos que ela vive.

Outras vezes, as pressões dentro dos locais de trabalho provocam na mulher um receio de participar. Por exemplo, na malharia onde uma das entrevistadas trabalha há mais de 15 anos, são poucas as mulheres sindicalizadas. Mas nas últimas eleições sindicais «várias companheiras da fábrica participaram ativamente da chapa de oposição, frequentando as assembleias e procurando trazer outras mulheres para o sindicato». No entanto, «a malharia não viu com bons olhos a participação delas na chapa de oposição». Para ela, as ameaças dos patrões já não impor-

tam muito: «Eu aprendi que se deve pedir as coisas sem medo. Mesmo que passe por intrigante. A única coisa que se pode fazer é mandar-nos embora».

Mesmo assim, a mobilização ainda é pequena. «Embora todo mundo reclame que o salário não dá para nada, na fábrica pouco se ouve falar da reposição», diz uma outra companheira. «As que mais sabem são as que têm maridos operários sindicalizados. Eu às vezes vejo alguma coisa nos jornais ou ouço meu marido falar». Para essa operária, as coisas poderiam mudar se as mulheres se reunirem e «conversarem sobre os problemas da gente»; por isso «acho que todos devem participar da campanha pela reposição salarial, porque é uma coisa que pertence à gente e não deve ficar com os patrões. E pra isso, é importante que a mulher também participe da luta sindical».

Não há apenas uma vendedora de amendoim em São Paulo

Os

fatos

estão aí



Em busca de um teatro popular

Depois de ter, durante quatro anos, percorrido a periferia de São Paulo, apresentando e discutindo o espetáculo «Rei Momo», o grupo União e Olho Vivo publicou um livro sobre seu trabalho pioneiro. «Em Busca de um Teatro Popular», de César Vieira, sintetiza a experiência e os ensinamentos adquiridos em mais de 200 apresentações em igrejas, escolas, praças e teatros, procurando, em estreito contato com o público popular uma nova alternativa cultural. O livro fala dos debates, das pesquisas e da troca e idéias com as comunidades de bairro. E mostra também como eram feitos os cenários, as roupas, os figurinos e o som. Acima de tudo, reafirma os princípios que sempre nortearam sua atividade, entre os quais o trabalho coletivo e o «teatro como um meio, não como um fim». O livro encontra-se à venda nas livrarias Avanço, Zapata, Brasiliense e outras.

Houve um imprevisto no roteiro de visitas do prefeito Olavo Setúbal, de São Paulo, às obras da Prefeitura no viaduto Santa Efigênia: havia uma vendedora de amendoim no caminho.

Maria Martins vende amendoim há cinco anos e, como não tem sua situação «legalizada» na Prefeitura, foi enquadrada na categoria dos «marreteiros» e teve um encontro com um fiscal bem na hora em que o prefeito passava. O fiscal mandou-a sair dali e como ela não obedeceu, ele tentou forçá-la, acabando por derrubar a caixa de amendoins.

A imprensa acompanhava o prefeito e não perdeu a oportunidade. No dia seguinte, 18 de novembro, os jornais estampavam as fotos e narravam o episódio. Depois, anunciou-se que a Prefeitura ofereceria um emprego a Maria Martins, como se isto estivesse resolvendo de vez o problema de mulheres de pessoas que vivem na mesma situação.

Não há em São Paulo, atualmente, esquina com

sianl de trânsito que não esteja ocupada por vendedores de flotes, jornais, frutas e outras coisas mais. São pessoas que, impossibilitadas de ter um emprego regular, acabaram obrigadas a viver do subemprego, exercendo um pequeno comércio ilegal para não cair de vez na marginalidade. Mas, como a questão social neste país continua a ser um mero caso de polícia, a solução para a situação dessas pessoas tem sido empurrá-las para os lugares mais afastados, com uma perseguição implacável por parte da Prefeitura.

Quando a imprensa vê e registra fatos como esse, faz-se uma pequena demagogia que resolve ou finge resolver o problema de uma pessoa apenas, como se houvesse apenas ela nessas circunstâncias. Mas enquanto ofereciam um emprego a Maria Martins, talvez muitas outras Marias Martins estivessem sofrendo a mesma perseguição de que ela foi vítima dias atrás, sem terem a sorte de estar perto dos olhos da imprensa e do prefeito.

Perseguição aos funcionários do Movimento

Dia 19 de novembro passado, Antonio Neto Barbosa, funcionário do jornal «Movimento», encontrava-se a serviço no Rio de Janeiro quando notou que estava sendo seguido por cerca de 10 indivíduos. Ao se dirigir à casa do chefe da sucursal de Movimento no Rio, Antonio percebeu que seus seguidores se instalaram em pelo menos quatro carros, nas imediações da residência, de onde passaram a vigiar ostensivamente todas as pessoas que para lá se dirigiam.

No começo da tarde do dia 20, após mais de meio dia de cerco, o presidente da Edição SA, Raimundo Rodrigues Pereira, os advogados Sobral Pinto e Eny Moreira, o deputado Délio dos Santos e o vereador Antonio Carlos Carvalho, ambos do MDB, dirigiram-se ao local sitiado,

onde conversaram com dois dos indivíduos que cercaram a residência. Diante das perguntas do advogado Sobral Pinto, esses elementos se confundiram, declarando-se ora transeuntes desinteressados, em busca de ar fresco, ora funcionários de serviço de vigilância do Banco Central.

A ocorrência foi registrada na delegacia policial da região, e a direção do Movimento enviou uma carta aberta ao Ministro da Justiça, ressaltando a necessidade imediata de esclarecimento do acontecido.

Antonio Neto Barbosa, ex preso político, trabalha no Movimento há um ano, e é chefe do escritório do jornal em São Paulo. A perseguição movida contra ele tem o aspecto inequívoco de uma tentativa de sequestro ou de intimidação por motivo de caráter político. O que não

é de estranhar, se considerarmos que o País tem duas dezenas — conhecidas — de opositoristas políticos desaparecidos em condições misteriosas e que, nos últimos meses, ocorreram vários sequestros de natureza política praticados por entidades para-militares de comportamento abertamente fascista. Os jornais continuam repletos de notícias que denunciam prisões políticas arbitrárias, precedidas de sequestros e seguidas de violências contra os prisioneiros. Apesar dos constantes protestos de inúmeras vozes da oposição, dos frequentes pronunciamentos de vários magistrados contra tais arbitrariedades, e das declarações de porta-vozes do governo que anunciam a disposição de investigar os abusos, eles continuam fazendo parte de nosso cotidiano.

Emanuelle no Congresso



Nem todas as pessoas, brasileiras ou não, têm oportunidade de serem recebidas pelo Presidente do Senado ou pelo Presidente da Câmara. Essa honra é reservada a gente ilustre.

Pelo jeito, pelo menos alguns deputados e senadores consideram Sylvia Kristel, atriz de filmes eróticos, alguém muito importante.

A viage, de Sylvia Kristel ao

Brasil se prende ao esquema publicitário da empresa que promove aqui um filme seu. Do mesmo modo que uma agência de propaganda lança um novo produto, Sylvia Kristel foi promovida comercialmente como a mulher-sexo.

Os senadores e deputados receberam a moça com enorme entusiasmo. O deputado João Climaco chegou a sofrer uma queda, na sua corrida para não se perder da comitiva da srta, Sylvia. Nossos galantes políticos não se lembraram de que a censura, que pertence ao governo do qual eles mesmos fazem parte, proibiu o mais conhecido filme de Sylvia, «Emmanuelle», por considerá-lo obsceno e prejudicial aos costumes.

Girse, te espero na próxima assembleia

MULHERES, NOSSOS FILHOS ESTÃO PASSANDO

FOME!!! SEM PÃO, SEM CRECHES!!!

SEM ESCOLAS!!! SEM FEIJÃO!!!

ESTA LUTA TAMBÉM É NOSSA!

Girse morreu. Dela são as frases ai de cima. Nós do Brasil mulher não a conhecemos pessoalmente. Mas sua atuação na maior parte das lutas que a população da zona sul de São Paulo vem levando, deixou marcas profundas que reaparecem nessas mesmas lutas e nas suas companheiras de trabalho que continuam.

Respirando forte. Os olhos brilhando. É desse jeito que suas companheiras falam dela, das coisas que com ela fizeram e aprenderam. Lutas que à primeira vista podem parecer «pequenas», «simples» — por mais ônibus, mais creches, mais escolas — mas de grande significado quando os limites extremos da miséria sufocam e angustiam a todos.

«No dia 1º de maio, o operário lutou e morreu pela jornada de 8 horas e por nossos direitos. Mas onde estão nossos direitos??? Jornada de 8 horas existe??? Como revelar esta situação? «Grita» outro cartaz rústico, escrito à mão na parede do

Clube de Mães que Girse coordenava. A afirmação repetida várias vezes por suas companheiras: «A Girse não bancou a covardia» e pela população da região, que vieram de pontos distantes quando souberam que ia ser feita uma reportagem sobre ela, talvez ajude a explicar porque... «A gente via nos olhos de Girse aquela força...». Força ressaltada por exemplo na Assembleia do Custo de Vida, quando falou para 4 mil pessoas presentes, «da fome... do sacrifício do dia-a-dia».

Por tudo isso é que não queremos apenas lamentar seu desaparecimento. Mesmo sabendo que sua morte — aos 33 anos — se deu por reumatismo e inchaço em todo o corpo, sem recurso algum, caída no chão da cozinha de seu barraco úmido, igualzinha à morte de tantos outros. Essa reportagem sobre Girse é uma tentativa de entendê-la. Entender seus anseios, projetos e intenções. Enfim, sua permanente inquietude e inconformismo transformando em ação contra as condições em que a maior

«No dia 10 de setembro realizou-se, no cemitério de Campo Grande, um sepultamento diferente. No longo cortejo, poucos pertenciam à família da falecida. Eram pessoas unidas por laços de outra espécie: pessoas unidas no mesmo anseio de libertação e na luta pela justiça. Eram pessoas de todas as nossas comunidades. E não fomos ali para sepultar

Girse. Fomos para provar que ela não morreu, nem morrerá, porque quem une em torno de si o povo explorado que luta por uma vida melhor continuará vivo em cada ato e em cada passo da luta desse povo».

Trecho extraído do Boletim Informativo da região onde viveu Girse e que reúne 14 comunidades.

parte de nossa população é forçada a viver.

«ELA NÃO BANCOU A COVARDIA»

A história de Girse é principalmente a história de seu trabalho comunitário. Como coordenadora do Clube de Mães, seu trabalho se

estendia ao conjunto das dificuldades que o pessoal da periferia vive. Enfrentar os problemas que «as mães sentem na pele» e que são muitos: falta de transportes, falta de vagas nas escolas, falta de água encanada e esgoto, falta de creches e, sobretudo, falta de salários adequados para suprir os constantes aumentos do custo de vida.

A sabedoria que a vida e o pensar sobre a vida lhe deu, a coragem e a disposição para lutar, fizeram com que ela logo se ligasse às lutas da comunidade. Incansável, entendia que apenas unidas as mulheres teriam condições de enfrentar uma situação tão adversa. Por isso construía a vida comunitária «Ela queria formar uma comunidade mais forte para gente poder vencer alguma coisa, né?», conta uma amiga sua.

Seu sonho era montar o curso de corte e costura no Clube. Com ele as mães poderiam «ter um dinheirinho a mais» ou economizar, fazendo as roupas em casa. Mas por trás dessa necessidade econômica, Girse pretendia desenvolver o espírito comunitário, trazer mais mulheres para dentro do Clube de Mães, aproveitar aqueles momentos de atividade comum para mostrar a elas quais as causas dos problemas que afligem a periferia.

Girse sabia, também, que o povo só entendia porque estava numa situação ruim quando enfrentava essa situação, lutando para transformá-la. Por isso insistia sempre «não vamos desanimar não. Nós vamos lutar».

«ELAS LÁ EM CIMA SEMPRE ABUSAM MESMO DA GENTE»

«Ela falava que a gente era muito preso, muito calcado, muito pisado. E que eles lá em cima sempre abusam mesmo da gente. Que a gente não tinha liberdade de falar. Como a gente não tem mesmo», falam as mulheres.

Girse entendeu quem é o povo, seu povo. O povo para ela não é todo mundo que vive neste país. Povo é pessoal que vive como ela, naquelas condições de vida. E não se confundia com quem vive em grandes mansões, em luxuosos apartamentos. Povo é uma coisa muito próxima: e quem trabalha o dia todo ganhando apenas para o seu sustento.

Quando Girse fez o cartaz sobre o dia 1º de maio, associou duas coisas a luta dos trabalhadores e as prisões injustas. Para dentro daquele Clube de Mães se trazia uma idéia. Quem prende? Por que prende? Certamente Girse não estava falando de prisões de assaltantes comuns. Falava no dia 1º de maio, quando dois trabalhadores morreram há quase um século atrás por defenderem interesses dos operários. Girse sabia, mesmo que intuitivamente, que quem faz as leis, quem prende, está de um lado. E este não é o lado do povo, seu povo.

Não é sem razão que a Girse era tão querida. Ela expressava um conjunto de necessidades e reivindicações do pessoal da periferia. E além do mais, lutava, sem parar e sem trêguas, para conseguir mesmo que fosse uma pequena vitória, como foi o aumento das vagas na escola e o posto de saúde na região.

A morte de Girse pode ser para os trabalhadores e para os oprimidos como mais uma vitória dos poderosos. Por isso é que é preciso mostrar que Girse não parou de lutar. Girse continuará presente em todas as lutas do povo.

«A mulher e ninguém pode ficar de braços cruzados»

Girse nasceu em Minas Gerais, em 1944, filha de mãe solteira que não chegou a conhecer. Casou-se com Sebastião, pedreiro, e teve com ele duas filhas. Moravam em um barraco de madeira com água do poço, na periferia de S. Paulo. Foi empregada doméstica, mas nos últimos tempos não podia trabalhar, em razão de reumatismo e inchaço.

Aprendeu a ler e escrever sem ter frequentado escola. Quando foi tirar seu título de elitor, o funcionário achou que ela era analfabeta. Decidida, escreveu num cartão: «Sei ler, sei escrever e algo mais, se for preciso».

Integrou-se ao trabalho da comunidade da região, enfrentando muitas vezes a oposição do marido. Sua participação nas lutas do povo, ao lado de outras mulheres e de outros homens, fez com que Girse desenvolvesse sua própria visão do papel da mulher na sociedade. «A mulher e ninguém podia ficar de braços cruzados, esperando sei lá o quê. Ela não acreditava num Deus bonzinho, que mandava as coisas feitas pra ninguém. Também sentia que a mulher tem um papel hoje em dia. A gente tem que

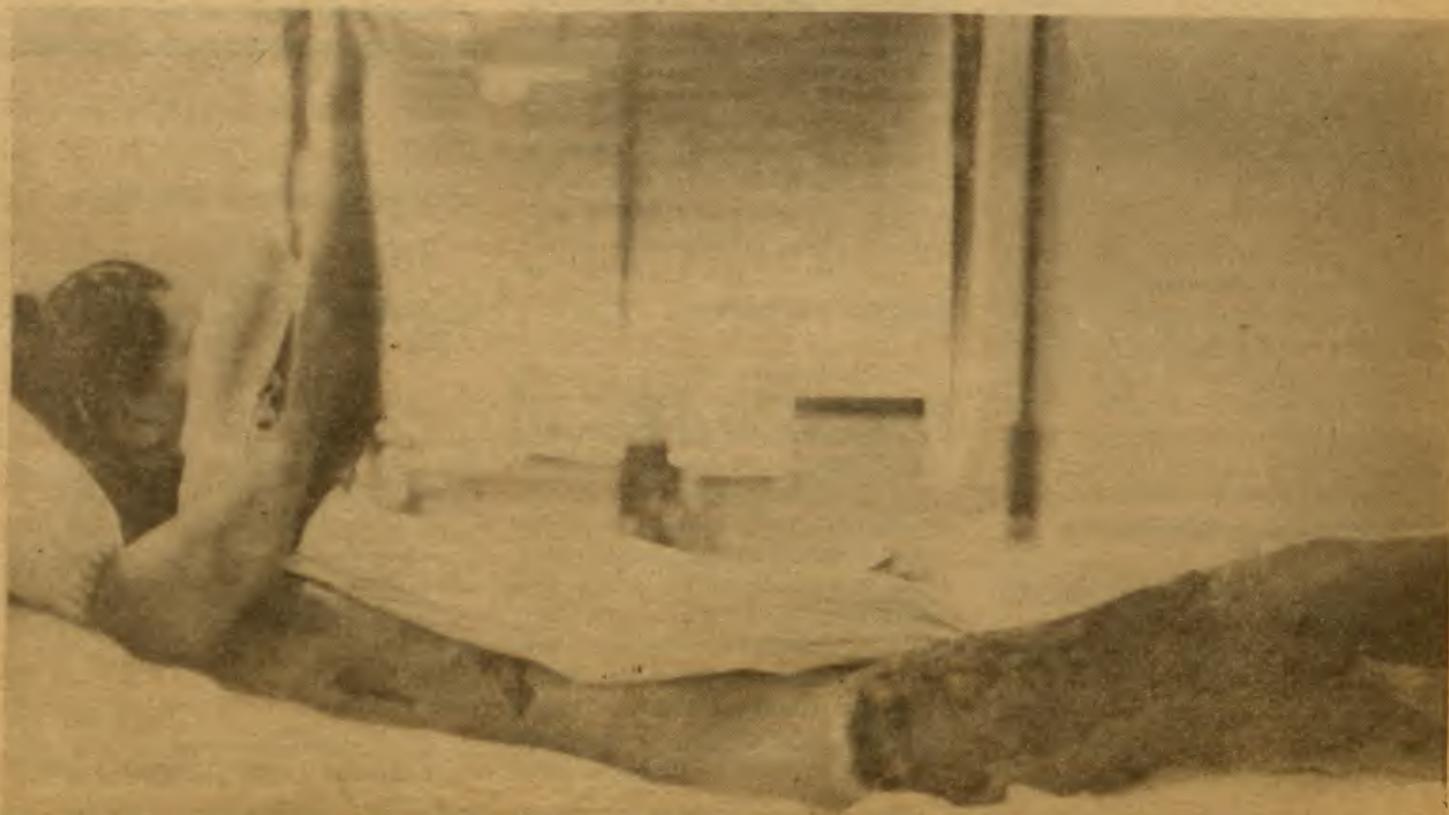


ficar firme, nós somos gente e a mulher não é mais como antigamente, que tinha que ficar por baixo do marido. Ela tem que enfrentar, mas com firmeza e com paciência. Quer dizer, não desistir. Um dia o marido dela colocou ela na parede: ou ele ou a comunidade. Ela escolheu a comunidade. Queria os dois, mas no caso dele não querer, ficava com a comunidade. Ela achava que era importante ter um marido, mas um marido que não escravizasse a mulher, né? Sempre pensava que o trabalho da comunidade não era pra ela. Era pra ela, pros filhos, pra ele e pra todos que vivem como nós, nessa pobreza». (depoimento de uma de suas companheiras do Clube de Mães).



As estudantes queimadas

O FATO DE SÓ SE SABER DE MULHERES GRAVEMENTE FERIDAS PELAS BOMBAS FAZ SUPOR QUE ISSO ACONTECEU POR TEREM MENOR RESISTÊNCIA. A RESPONSABILIDADE OU CULPA NÃO ESTÁ NO FATO DE ELAS SEREM MULHERES, MAS SIM EM QUEM JOGOU AS BOMBAS SOBRE ELAS.



Maria Cristina após a invasão da PUC. Já fez 5 operações de enxerto e daqui a um ano, fará nova cirurgia plástica

Maria Cristina Raduam, Graziela Eugênia Augusto, Iria Visona, Virginia Maria Fizetto, Sônia Regina Martins e Jurema Stulp, são os nomes mais conhecidos de estudantes que sofreram queimaduras, muitas vezes gravíssimas quando a polícia reprimiu, com selvageria incrível, a manifestação estudantil de 22 de setembro último, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Havia cerca de 2.000 estudantes, concentrados em frente ao prédio da universidade. Liam em conjunto uma Carta Aberta à População. Soldados e policiais à paisana, armados de cassetetes elétricos e jogando bombas lançaram-se contra os estudantes. As bombas impediam a visão, tornavam o ar irrespirável, expeliam gases que sufocavam. Muitas lançavam chamas de até dois metros de altura.

Os estudantes, apavorados, tentaram refugiar-se no interior da PUC. Na correria, muitos caíram e eram pisoteados. Muita gente se feriu. Algumas moças que tinham ficado mais diretamente expostas à ação das bombas sofreram queimaduras, de 1º, 2º e 3º graus, em várias partes do corpo, principalmente nos braços e pernas.

Maria Cristina, Graziela e Iria ficaram hospitalizadas por cerca de um mês. Maria Cristina correu peri-

go de vida, foi operada cinco vezes, e durante 14 dias não pôde falar, com os pulmões afetados pelos gases que respirou. As mais atingidas fizeram operações de enxerto, pois as queimaduras atacaram profundamente os tecidos musculares. Duas ou três dentre as moças deverão fazer fisioterapia intensiva, para voltar a movimentar normalmente braços ou pernas. Muitas cirurgias plásticas deverão ser feitas, após a cura definitiva, para apagar ou atenuar as cicatrizes.

A gravidade desses fatos, e de outros ocorridos durante a invasão da PUC, motivou o estabelecimento, na Assembléia Legislativa, de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), encerrada recentemente. Foram inquiridos estudantes, professores, diretores de faculdades e a reitora da PUC. Também falou perante a Comissão o coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança Pública de São Paulo, que havia comandado pessoalmente a invasão. No decorrer da CEI, na grande maioria dos depoimentos, ficou bem clara a inominável violência que atingiu indiscriminadamente estudantes, diretores e pessoas que simplesmente se encontravam na universidade ou em suas imediações.

A Comissão de Inquérito concluiu responsabilizando o coronel Erasmo Dias pela ação criminosa dos soldados: o secretário de Segurança incorreu em «crime de responsabilidade e de abuso do poder». Concluiu também que o ato público de 22 de setembro não era ilegal.

Uma questão importante, que não ficou completamente esclarecida, foi a do tipo de bomba empregado pela polícia na invasão da PUC. O coronel Erasmo Dias afirmou que eram unicamente de gás lacrimogêneo. Mas a existência de chamas, confirmada por muitos testemunhos, e os efeitos causados («Nunca vi, ou tive notícia, de ferimentos dessa gravidade provocados por bombas de gás lacrimogêneo», disse um médico do Hospital de Defeitos da Face, especializado em queimaduras) levantaram suspeitas de que a polícia teria usado outro tipo de bomba.

A polícia pagou, até agora, todas as hospitalizações e tratamentos, tendo gasto cerca de duzentos mil cruzeiros. Essa resolução de pagar as despesas foi tomada depois que saiu nos jornais que as estudantes queimadas abririam processo contra os responsáveis. O coronel Erasmo não admite que o pagamento seja uma confissão de culpa.



Como as bombas deixaram o braço de Maria Cristina

Greve de fome: recurso extremo.

Até quando os presos políticos brasileiros deverão recorrer a medidas extremas, como a greve da fome, arriscando as próprias vidas para reivindicar dos responsáveis pela sua custódia os seus mais elementares direitos? Esta é uma questão que se coloca quando é anunciado pela imprensa mais uma greve de fome de presos políticos brasileiros, muitos deles cumprindo penas superiores a 20 anos de reclusão, sujeitos ao descaso das autoridades com relação aos seus problemas carcerários.

A forma como se desenrolou o episódio ainda recente da greve de fome das presas políticas do Presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, comprova isto. Seis presas políticas, reivindicando transferência de presídio, ficaram em greve de fome por 20 dias; mesmo hospitalizadas e contando com a solidariedade de mais 30 companheiros, também em greve de fome, não tiveram suas reivindicações atendidas.

Vale portanto ressaltar, frente a este fato, a necessidade dos vários setores da população buscarem formas de solidarizar-se e apoiar as justas reivindicações dos nossos presos políticos.

O que acontecerá, desta vez, aos 15 presos políticos que se encontram na Penitenciária Barreto Campelo, em Pernambuco, que estão em greve

de fome em protesto contra as condições de isolamento carcerário a que estão submetidos seus companheiros de prisão Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante?

Carlos e Rholine entraram em greve de fome no dia 15 de novembro, depois de 2 anos de total isolamento, afastados que estão até mesmo do convívio de seus companheiros de prisão. Decorridos 6 dias, os dois foram hospitalizados e, em solidariedade, no dia 21 de novembro, outros 13 presos políticos da Penitenciária de Itamaracá aderiram também à greve e encaminharam comunicações às autoridades, explicando as razões que os levaram a adotar esta atitude.

POR QUE A GREVE DE FOME?

Na comunicação enviada dia 15 ao juiz auditor, Carlos e Rholine expuseram os motivos de sua atitude. Há mais de 2 anos estão segregados no Presídio, sem desfrutar dos direitos comuns da vida carcerária. «Não podemos nos comunicar com os companheiros de prisão (quando, por exemplo, eventualmente com eles nos encontramos nos corredores da Penitenciária, a guarda imediatamente intervém, para evitar qualquer comunicação; e não há referência legal que fundamente este tipo de incomunicabilidade».

Raramente lhes é permitido a saída para o banho de sol, a prática

de esportes lhes é negada, estão impedidos de realizar trabalhos de artesanato. «Quanto ao espaço vital, reduz-se ao da cela e de um pequeno corredor que a confronta. E é trancafiados nele que passamos inclusive os domingos (situação que só encontra paralelo na dos presos recolhidos ao castigo»)

Carlos e Rholine estão condenados, além da prisão perpétua, a mais 53 e 66 anos de reclusão, respectivamente.

JUSTIÇA E PAZ APOIA PRESOS

A Comissão de Justiça e Paz distribuiu nota à imprensa, salientando que «as afrontas à dignidade humana atingiram tal ponto que alguns presos políticos da ilha de Itamaracá decidiram iniciar uma greve de fome, preferindo morrer a continuar suportando uma situação que já perdura há vários anos e que, praticamente, vem destruindo as suas personalidades. «Ressalta também a Comissão que a existência de presídios onde estão recolhidos presos políticos, configura «o reconhecimento oficial da categoria preso político», fazendo ainda uma «exortação pública à favor dos presos de Itamaracá e de todos os demais presos políticos, esperando que eles possam cumprir suas penas em condições compatíveis com a dignidade humana».

PRESOS POLÍTICOS DENUNCIAM TORTURAS

Onze presos políticos divulgaram, no Rio de Janeiro, uma carta de denúncia contra maus tratos e torturas sofridas durante 10 dias em que ficaram incomunicáveis, no DOI-CODI daquela cidade.

«Nossas prisões — diz a carta — levadas a cabo sem qualquer mandato ou instrumento legal, foram em verdade autênticos sequestros, com o emprego de violências nas detenções, invasão de domicílios e saques em diversas residências.»

«Uma vez presos — continuam — fomos atirados em carros, imediatamente algemados e encapuzados, e conduzidos a um local que, mais tarde, viemos a saber tratar-se do DOI-CODI-RJ. Lá, após termos sido despidos e fotografados, seguimos debaixo de espancamentos para as geladeiras ou para as salas de interrogatório, iniciando-se 10 dias de isolamento e de tormento. Durante esse período tendo ficado até 4 dias sem comer ou dormir, com frequência éramos cercados por vários torturadores e, debaixo de insultos e ameaças, recebíamos de todas as partes, violentos golpes que, não raro, nos derrubavam. Totalmente amarrados a uma cadeira, fomos submetidos a intermináveis sessões de choques elétricos em todas as partes do corpo, muitas vezes acompanhados de socos, pontapés e paula-

das. Nas ante salas das geladeiras (cubículo de 0,5 x 1,5 m.) ficamos longas horas algemados pelas costas ou pendurados pelas algemas, convivendo na escuridão com as baratas, e ouvindo gritos de companheiros que estavam sendo torturados.»

Na «geladeira», controle pela TV

Segundo a carta, «a geladeira é uma cabine de cimento refrigerada, com revestimento de eucatex acústico, colocada no interior de um compartimento maior de concreto e hermeticamente fechada por portas de frigorífico. Lá dentro, os movimentos do preso são controlados por um circuito interno de TV. Um sistema de som que emite ruídos estridentes e de alta frequência e o frio intenso, acompanhado de baldes de água gelada, completam as características desta máquina de fazer loucos, onde éramos espancados e torturados.»

Foi aí — prossegue o documento — que o companheiro José Augusto Dias Pires padeceu o que os torturadores diziam ser a cruz. Com os braços abertos e encostado à parede, seguro por dois homens, este companheiro recebeu várias joelhadas nos testículos, enquanto um torturador se divertia em arrancar cabelos de seu púbis. Durante todo o tempo que

durou o suplício, um dos torturadores gracejava, dizendo a José Augusto que se consolasse porque iria morrer igualzinho a Jesus Cristo.»

«Também na geladeira a companheira Maria de Fátima Martins Pereira, após permanecer várias horas com as pernas abertas e os braços erguidos, foi atacada por 5 homens que forçando-a a deitar-se no chão e segurando-a pelas pernas e braços, tentaram enfiar em sua vagina um objeto de madeira semelhante a um cabo de vassoura, que a companheira foi obrigada a apalpar. Tentativas semelhantes de violentação sofreram os companheiros José Mendes Ribeiro e Fernanda Duclos Corisio, sendo que esta foi forçada a passar as mãos pelo corpo de um torturador despido e ameaçada de violação com um cassetete elétrico, com o qual aplicavam-lhe choques nos seios, pernas e costas.»

Estas declarações são partes de um documento assinado por André Teixeira Moreira, Franklin Dias Coelho, José Augusto Dias Pires, Claudio da Rocha Roquete, Luiz Arnaldo Dias Campos, Artur Obin Neto, Ivan Valente, Sidney Lianza, Inácio Guarany, Fernanda Duclos Corisio e Frederico José Falcão, datado de 4 de setembro de 1977 e publicado pelo Jornal da Tarde em 26 de outubro, e foram todas confirmadas em juízo.



Depoimento de Eny Pereira, Advogada de Preso Político

A impotência é a característica primordial que cerca o trabalho do defensor de um preso político.

A rigor, contra o sequestro, a incomunicabilidade e os maus tratos infligidos ao preso e ao advogado, só resta a denúncia de tal situação. Quase sempre sem o respaldo de uma atitude por parte do Poder Judiciário, que passa a coibir o expediente usado pela polícia, até porque a lei draconiana que rege a matéria contém dispositivos permissivos, garantindo mais, a própria impunidade das autoridades incumbidas de reprimir qualquer ato entendido como contestatório.

Sem o habeas corpus o preso fica à mercê dos órgãos de segurança. Vale salientar que, depois da promulgação do AI-5, o preso sistematicamente passou a «confessar».

E as «testemunhas» arroladas pela acusação, em regra geral, são policiais que afirmam ter sido aquela «confissão» feita de livre e espontânea vontade.

A solução para essa problemática, e para muitas outras formas que espalham o medo entre os cidadãos, seria o restabelecimento do Estado de Direito com a devolução da garantia do habeas corpus.

Isso marcaria o fim de uma etapa nacional e em consequência deveria ser decretada a anistia ampla a todos os perseguidos políticos.

Eny Raymundo Pereira

Mulher: um mito, até quando?

No casamento, a mulher cumpre a função que dela espera a sociedade: ter filhos. E assim, para a mulher, o sexo está associado à reprodução e, negando seu próprio prazer, ela deve passivamente proporcioná-lo ao homem

O marido que casar comigo vai sofrer muito porque homem não merece o que as mulheres fazem pra eles, são uns ingratos. (Aparecida, telefonista, 24 anos, solteira).

Mulheres contra homens? Esta seria a primeira resposta a uma relação de exploração e dependência. Porém é incorreta na medida em que não se trata de uma luta entre homem e mulher. No entanto, como uma reação espontânea, ela reflete o cansaço, com expectativas poucas definidas, de uma relação de dominação.

Ingratos como?

— Ele acha que a mulher é para ficar em casa e o homem pode ir com quem quiser, ter relações sexuais com quem quer. Vai ao drive-in com quem quer, faz o diabo a quatro.

— E a mulher?

— Fica em casa esperando que o santinho chegue no andar...

As declarações de Aparecida refletem parcialmente os problemas sexuais da mulher. Entre dezembro de 1976 e janeiro de 1977, Aparecida, assim como

as outras entrevistadas, estava interna da na Casa de Repouso do Butatã, hospital psiquiátrico do INPS. Assim sendo, as entrevistas refletem a mentalidade de mulheres que por suas condições econômicas precárias, passam por todos os tipos de problemas consequentes de idéias impostas que elas também assumem inconscientemente. Não só para Aparecida o homem é o símbolo da liberdade sexual, enquanto a mulher é um instrumento de prazer. Esta imagem, ainda marcante entre a maioria das mulheres, reflete na verdade um pensamento comum, que atribui à mulher características biológicas e psíquicas tidas como naturais e que, na realidade, tem origem econômica e social. A mulher dependente, maternal, frágil, sensível, bela, dócil, passiva, sedutora, fiel, recatada, pura, emocional, é o tipo ideal socialmente aceito.

Desde há muito tempo, a relação homem-mulher é tida como uma relação de dependência da mulher ao homem. Esta dependência pressupõe deveres: ser objeto e complemento da

existência do homem, assumir as tarefas domésticas, proporcionar prazer sexual ao marido. Ela é a sombra do homem. E até mesmo para as próprias mulheres isto se torna natural. Maria Auxiliadora, doméstica, casada, 23 anos, diz «no meu modo de pensar, o homem, já que casou, deve assumir o compromisso. O homem tirou a mulher de casa, deve cuidar dela».

Mas isto não é de se admirar, pois foi desta maneira que ela aprendeu a viver desde sua infância, já que toda a educação da mulher é orientada no sentido de formar personalidade adaptadas à situação de dependência mate-

rial e social. Desde menina ela já é condicionada: seus brinquedos, seu comportamento, suas atitudes estão voltadas para que ela cumpra esse papel.

VIRGINIDADE, PASSIVIDADE SEXUAL, FRIGIDEZ: PROBLEMAS DA MULHER?

Pode-se assinalar a coexistência de uma dupla moral sexual que é permissiva ao homem e repressiva a mulher. O adultério, por exemplo, é permitido ao homem e severamente condenado para a mulher. Assim, de acordo com essa moral permissiva, quando o casamento é insatisfatório, o homem pode buscar o prazer sexual fora do lar.

— Luzia, você acha que a mulher pode ser livre?

— Acho que a mulher deve ser livre porque ela deve fazer o que ela quiser, menos outros assuntos.

— Que assuntos?

— Assuntos sexuais, com outros homens. (doméstica, 35 anos, casada).

— Terezinha, você se casou virgem?

— Graças a Deus, eu me casei moça, virgem no religioso e no civil. Sou a filha que meu pai mais estima, meu marido é que não presta, joga muito e gasta todo o dinheiro com as mulheres da rua. (doméstica, 30 anos).

A virgindade consiste num atributo

exclusivamente feminino e esta deve ser preservada a todo custo até ao casamento.

— Luzia, por que você veio para São Paulo?

— Por causa de um erro que cometi no norte. E como eu me perdi, e como era nova, vim para cá. (doméstica, 35 anos, casada).

— Maria das Dores, como você resolve sua excitação?

— Resolvo confessando e comunicando.

— O que eles te aconselham?

— Me aconselham que eu devo ser virgem sempre, porque a moça só tem o direito, pela lei de Deus, de profanar a virgindade depois de casada. (34 anos, solteira, aposentada).

No casamento, a mulher cumpre a função que dela espera a sociedade: a procriação. E assim, para a mulher, o sexo está associado à reprodução e, negando seu próprio prazer, ela deve passivamente proporcioná-lo ao homem. A passividade é, portanto, considerada uma virtude.

— Terezinha, por que vocês vão se desquitam?

— Vou me desquitar do meu marido porque o dinheiro que ele ganha só é para jogar e gastar com as mulheres da

rua e, uma vez ele me xingou de mulher da zona porque fui procurar ele para ter relações.

— Teu marido bate em você?

— Não bate não, mas já tentou. Só não bateu porque eu me fechei no banheiro. Eu fico em casa sozinha que nem uma desprezada. Ele só anda nos bares, jogando minha filha: snooker. Ele trabalha à noite e não tem hora para chegar. Fica 3 meses sem ter relações comigo e quando eu vou procurar ele, ele diz que eu sou mulher de zona, assanhada. (doméstica, 30 anos, casada).

O condicionamento a estes padrões morais acima mencionados leva a mulher a desconhecer a própria sexualidade e a não desenvolvê-la. Apareceu então mais um problema: o da chamada frigidez sexual feminina.

— Eu amarrei minhas trompas com o doutor Orestes. Então, com essa operação das trompas, eu fiquei totalmente fria; meu marido teve até amante, o médico me deu Pansuma, diz que faz esquentar.

— Nessa época, quantas horas você trabalhava por dia?

— Ah! Eu me matava muito. Tava tomando remédio para emagrecer, porque o médico falou que engordando eu ficava mais fria ainda. Eu só pensava em trabalhar. Com isso meu marido se esbaldava por aí. Chegava tarde em

casar e ficava jogando. Ia pescar, me deixava sozinha.

— Você sentia ódio dele?

— Não. Minha frigidez total talvez seja complexo meu.

— Que complexo?

— Frieza. Não sinto nada. Não sei se é por causa de tanto não fazer as coisas. Ficar muito sozinha. Peguei muito endereço com ele. Imagina se meu marido não tinha uma mulher. Olha, eu já passei dois anos sem saber o que era sensação. Agora, faz quinze anos que eu conheço ele. (costureira, 29 anos, casada).

Porém, toda essa situação que põe a mulher como simples objeto que pode ser usado quando o homem quer, e só quando ele quer, está mudando aos poucos, com a evolução geral da sociedade. Já é possível à mulher compreender que o seu sexo não é apenas para o prazer do marido, mas também para a sua satisfação. Apesar dos impedimentos, a mulher começa a sair do lar e a descobrir o mundo.

A inexistência de anticoncepcionais eficazes e sem efeitos prejudiciais à saúde, a proibição do aborto a despreocupação com a educação e assistência sexual são fatores que colaboram para a negação da sexualidade da mulher. E só serão superados quando as próprias mulheres tiverem consciência disso e se mobilizarem até a eliminação de todas as barreiras.

Lugar de mulher é na cozinha

Vamos, diga lá, você já parou para pensar no que aqueles comerciais de TV dizem quando uma dona-de-casa «como você» aparece na tela? Pois saiba que é um insulto! Quer ver?

Por trás daquela embalagem toda, aquelas mulheres sempre bem tratadas, bem arrumadas, sabe o que elas estão fazendo? Estão se virando naquelas cozinhas grandes e bonitas e dando ordens pra empregada, que comercial de TV não mostra cozinha de pobre. Olhe lá, até dona-de-casa com cozinha de azulejo até o teto está no meio disso!

Um exemplo, um só, já dá para a gente perceber a jogada. Você já viu aquele reclame do Petybon, «o macarrão da mama»? Primeiro, eles mostram aquelas cenas do Brás de mil novecentos e lá vai fumaça, com aquela música italiana de fundo, um negócio assim pra cativar, não é? Bom, amaciados que estamos, aparece a Ety Frazer, a atriz gorda que já trabalhou em um bocado de novela e começa a lembrar os tempos em que a sua «mama» ficava em casa aos domingos preparando aquela macarronada. Enquanto isso, ela

mesma prepara o seu macarrãozinho, feito a mãe dela fazia há vinte ou trinta anos atrás!

Percebeu? Tempo vai, tempo vem, e a historinha continua a mesma. Você evidentemente nasceu também para a cozinha e mais nada. É isso o que eles lhe dizem, é isso o que eles querem que as suas filhas aprendam.

Mas vamos terminar o nosso reclamezinho. Diz então a Ety:

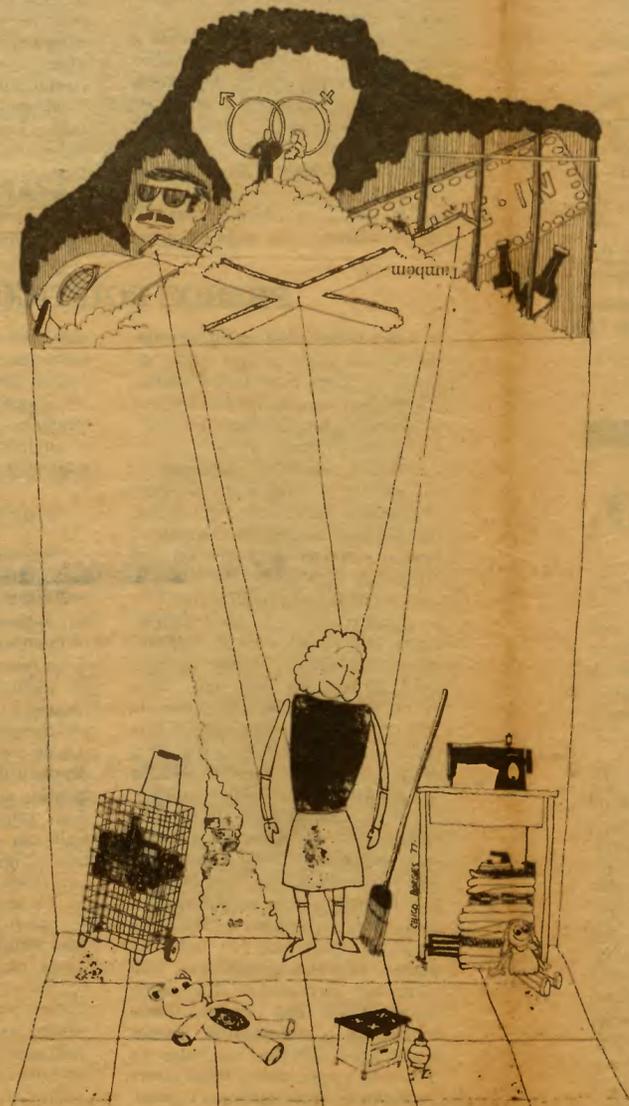
— E depois o meu pai chegava da bocha e dizia:

Abre-se a porta, entra o marido — com o sogro em tempos atrás — e castiga:

— «Mama, viemos experimentar a tua macarronada»

Pimba! E lá entram mais seis bocas, porque na televisão comida não é problema.

No final, um detalhe importante: é com grande satisfação que a ilustre senhora serve os convidados. Aprendam, meninas: além de tudo é essencial que vocês mantenham sempre um sorriso nos lábios!



Males “profissionais” da dona-de-casa

Apesar dos progressos da técnica e do melhoramento das condições sociais ainda há no mundo, trabalhadores desempenhando trabalhos delicados e cansativos sem receber nenhuma das vantagens sociais garantidas por lei à maioria. Sem salário, nem 13º sem férias, nem serviços sociais e, na maior parte das nações, sem aposentadoria, as donas de casa desenvolvem diariamente uma das ocupações mais trabalhosas de que se tem conhecimento.

A Associação Médica Internacional há alguns anos dedicou um congresso à patologia e à higiene do trabalho doméstico. Posteriormente, formou-se uma comissão internacional com a finalidade de estudar, sob este ponto de vista, grupos de mulheres donas de casa, operárias, empregadas domésticas, profissionais liberais — de 25 a 50 anos com dois filhos pelo menos. A pesquisa foi realizada simultaneamente em vários países.

Os resultados indicaram que embora não existam doenças profissionais características da dona de casa, elas apresentam-se num estado de esgotamento físico e psíquico que assume um caráter típico.

Alguns distúrbios nervosos foram observados e atribuídos ao cuidado das crianças e aos ruídos dos brinquedos infantis, à falta de repouso, ao sono insuficiente, à monotonia do trabalho, à solidão, ao complexo de inferioridade em relação as mulheres que trabalham, ao estado de ansiedade pela luta contra o tempo e finalmente às preocupações relativas ao orçamento familiar: à administração do lar — geralmente mantido pelo marido.

Ficar em pé para realizar uma série de trabalhos — lavar, passar, cozinhar — causa um cansaço maior do que outros, que permitem deslocamentos. As dores de cabeça são frequentes por causa deste «sedentarismo fatigante». O uso de detergentes pode chegar a

causar, nas pessoas predispostas, o desenvolvimento de eczemas. A percentagem de casos de reumatismo e de varizes entre as donas de casas é elevado.

Os trabalhos caseiros podem ser divididos entre os leves e os pesados. Entre os leves, acham-se o cozer, cozinhar ou lavar a roupa miúda, lavar a louça.

Naturalmente, estes trabalhos leves são realizados diariamente. Entre os pesados estão a arrumação de cama, com mudança de lençóis e batidas de colchões, a limpeza de tapetes e a lavagem a mão de roupa grande — que é a mais cansativa das tarefas, embora atualmente muitas mulheres contem com máquinas de lavar.

A solução deste problema que aflige a maior parte das mulheres requer organização e uma mudança de tratamento no que se refere à colaboração do homem.

Algo que pode levar alguns anos.

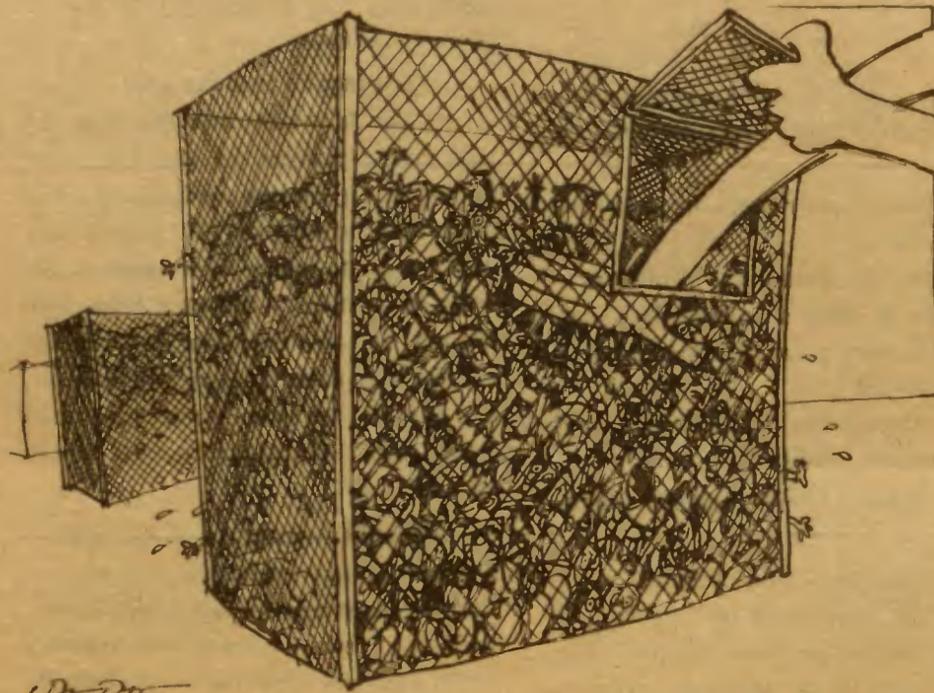
Conheça um campo de concentração: os conjuntos habitacionais

No final dos anos sessenta e nos anos seguintes, milhares e milhares de famílias cariocas foram obrigadas a abandonar seus barracos nas favelas da Zona Sul do Rio e transportadas, como gado, para os conjuntos habitacionais construídos pela Cohab (Companhia Estadual de Habitação) nos terrenos mais desvalorizados e afastados do atual município do Rio, principalmente em Campo Grande, Bangu, São Miguel e Santa Cruz. Nesta área moram, hoje, 1 milhão e 300 mil pessoas — mais ou menos um terço da população da cidade. Longe dos empregos, enforcados pelas prestações das casas que foram obrigados a comprar a maior parte desta população vive em condições sub-humanas. Um morador de um conjunto residencial de Padre Miguel resumiu a situação:

— **Vivemos em verdadeiros campos de concentração!**

A comparação não está longe da verdade. Os apartamentos construídos pela Cohab são insuficientes e mal acabados, abaixo dos padrões mínimos estabelecidos pela ONU. São pequeníssimos. Neles, vivem famílias com uma média de cinco a oito pessoas.

Estes conjuntos não têm rede de esgoto, não são abastecidos de água



e a luz é precária. Quando os favelados da Praia do Pinto (hoje um imenso conjunto habitacional para a classe média alta, no Leblon, com vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas) e de outras favelas das encostas dos morros da Zona Sul foram transferidos para a Vila Kennedy entre 1962-67, fizeram a eles promessas fabulosas. A Aliança para o Progresso daria em dinheiro americano uma quantia correspondente a duzentos e setenta milhões de cruzeiros antigos

só em «alimentos para a paz»... Haveria fábricas. Uma padaria e uma tipografia planejadas em regime de cooperativa, empregariam o grande número de trabalhadores obrigados a abandonar seus empregos na Zona Sul, no outro extremo da cidade. Dizem que o dinheiro para isso tudo chegou a ser depositado, mas nenhum morador assistiu, até hoje, a qualquer melhoria na Vila. Os cinquenta mil habitantes são socorridos por um único posto médico.

O índice de criminalidade e as manifestações de violência assustam. Os homens não têm emprego na região nem podem continuar trabalhando, mal ou bem, na Zona Sul. O preço das passagens de ônibus (mais de vinte cruzeiros ida e volta) levaria quase todo o salário.

A isso tudo soma-se uma permanente insegurança. A maior parte dos moradores está com as prestações atrasadas, alguns não têm condições de pagar nada. Para a Cohab, entretanto, pouco importa que a razão seja justamente a falta de emprego. Diariamente as famílias com prestações em atraso são despejadas.

Para evitar que os moradores revoltados passem a se unir, a Cohab não despeja mais várias famílias ao mesmo tempo, mas uma família de cada vez. O método é o mesmo, sempre. Os policiais da companhia chegam sem aviso, às vezes quando não há ninguém em casa às vezes de madrugada, às vezes quando o morador está internado em um hospital, como aconteceu um mês atrás. E levam tudo. As sete mil famílias do Conjunto D. Jaime Câmara, em Padre Miguel, denunciaram recentemente o regime de terror e humilhação a que estão submetidas pela Cohab.

Quem sabe de mim sou eu, aquele abraço.

Representantes de 40 associações de moradores do Rio reuniram-se durante uma semana, em outubro, e discutiram alguns dos principais problemas que afligem a população carioca.

A I Semana de Debates sobre a cidade do Rio de Janeiro surgiu a partir de uma campanha em defesa do Forte de Copacabana. O Forte, localizado numa região muito valorizada, estava ameaçado de venda a incorporadoras que ali construiriam edifícios e hotéis de luxo. As entidades envolvidas nesta campanha convocaram um encontro com as demais entidades representativas das diversas comunidades do Município, não só para discutirem seus problemas, como também trocar experiências, fortalecer as associações através de ações conjuntas e estimular a criação de novas associações.

Temas em discussão: transporte, saúde, saneamento, habitação, educação, lazer, cultura e vida comunitária.

Esses temas evidenciaram a extensão dos problemas existentes no Município, uma cidade de 8 milhões de habitantes, dos quais 20% vivem em favelas. Segundo dados do Censo de 1970, 70% da população empregada têm um renda mensal que chega, no máximo, até 3 salários mínimos. E 0,5% da população ganha mais de 30 salários por mês. Os desníveis de renda existentes, na falta da participação e decisão popular na resolução de seus problemas, levam a um agravamento das condições de vida da maioria da população. Na Zona Oeste da cidade (de Realengo à Sta. Cruz), onde se concentra predominantemente uma população de baixa renda, a situação é crucial.

Como disse um morador, «quem não tem direito a um emprego decente e não vê a cor do dinheiro que ele mesmo produz com suor, como pode ter direito a esgoto, água, transporte, saúde e habitação?»

As coisas, quem tem que fazer somos nós

No debate sobre vida comunitária, um orador da favela da Av. Brasil lembrou: «Muito bonito o lazer, essas coisas, mas o custo de vida está assolando todo mundo». E propôs que se fizesse alguma coisa quanto a isso, depois de afirmar «se rezar e esperar sentado, vamos ficar igual Cristo que está de braços abertos até hoje. As coisas, quem tem que fazer, somos nós».

Ao limitar o tempo das intervenções nos debates, o regimento interno da Semana prejudicou o aprofundamento dos problemas e as

discussões ficaram mais nos efeitos do que nas causas.

A reunião dos moradores das várias regiões do Município permitiu que todos chegassem à conclusão de que o trabalho isolado das associações se dilui diante dos inúmeros e graves problemas da população. Daí a proposta de união.

Para concretizar esta proposta, representantes das associações e de entidades participantes da I Semana de Debates têm se reunido no sentido de formar uma comissão para levar a cabo esta tarefa. Serão eleitos doze representantes, 9 de associações de moradores das regiões Sul, Norte e Oeste e 3 de entidades culturais e profissionais. Este grupo continuará os trabalhos com o objetivo de: fortalecer as associações, criar novas entidades, executar as propostas aprovadas na I Semana e encaminhar a II Semana de Debates, em 1978, na Zona Oeste.



ROSA DOS VENTOS

Beatriz Allende, filha do ex-presidente do Chile, Carmem Castilho, Salvador Allende, suicidou-se em Cuba com um tiro, no dia 12 de

outubro passado. Carmem Castilho, militante do Movimento de Esquerda Revolucionária do rio chileno, fala de Beatriz e dos problemas de milhares de exilados políticos latino-americanos. A entrevista foi dada a Oliver Duhamel, do jornal Liberation, em Paris, onde Carmem está exilada.

A solidão dos sobreviventes

Olivier — Quem era Beatriz Allende?

Carmem — Tinha 33 anos, era mãe de duas crianças e médica. Nasceu numa família que sempre participou da política. Estudou medicina, uma carreira considerada «para homem». Socialista, comprometeu-se com a revolução cubana e passou por treinos militares sem que ninguém soubesse. Participava do Partido Socialista Chileno e do Exército de Libertação Nacional Boliviano, que continuou a guerrilha após a morte de Guevara. Transtornada com sua morte, ela dizia: «Não se pode chorar, é preciso continuar». E continuou, até a derrota definitiva das guerrilhas bolivianas.

Com a eleição do pai para a presidência do Chile, a 4 de novembro de 1970, tornou-se sua secretária particular.

Oliver — Quais eram suas atividades políticas nessa época?

Carmem — Como a maioria das mulheres que participa dos movimentos revolucionários, Beatriz cumpriu tarefas de infraestrutura (arrumar locais de reuniões, veículos, providenciar rotas de apoio e de envio de material ao foco guerrilheiro) e de comunicação (impressão e distribuição de jornais e boletins partidários, transmissão de mensagens). Como secretária de seu pai, serviu de ponte entre Allende e os movimentos revolucionários latino-americanos.

Se não se pode ser
mulher e militante
ao mesmo tempo, é a
ruína

Em 11 de setembro de 1973, dia do golpe militar que depôs Allende, ela estava ao seu lado. O Palácio de La Moneda, sede do Governo chileno, estava cercado por tropas militares. Como Beatriz estava grávida, seu pai pediu-lhe que abandonasse o palácio.

Olivier — Pela primeira vez depois de 1970 realizou-se a unidade entre Allende e a formação política anterior de Beatriz. Ela permaneceu no palácio sob intenso bombardeio, toma a metralhadora, luta e acaba sendo excluída.

Carmem — Os homens a excluíram porque era mulher: «É preciso que você se salve para dar vida a seu filho». No momento da luta, a mulher devia expulsar a militante. Mas se não se pode ser

mulher e militante ao mesmo tempo, então é a ruína.

Olivier — Por isso ela se suicidou.

Carmem — Seu suicídio compromete todas as mulheres que sobrevivem nos limites entre a ação e a morte. No meio dos homens uma mulher não pode falar; esta solidão das mulheres, sua auto-destruição cotidiana, é também uma forma de suicídio. Para ela havia o revólver, integrado à sua vida. Para outras, há os tranquilizantes, os golpes corporais, a droga.

Olivier — Então Beatriz não se matou só por si mesma, mas por todos que depois de 11 de setembro estão entre a sobrevivência e o suicídio.

Existem muitas maneiras de morrer.

Carmem — Nunca se fala dos sobreviventes. Mas existem diferentes maneiras de morrer.

Olivier — Quando estive com ela em Cuba, há alguns meses atrás, Beatriz não se conformava com a atitude de um revolucionário que não tolerara o exílio e voltara para a Argentina. Ela dizia que ele tinha ido de encontro às balas inimigas e que acabaria se fazendo matar. Acredito que ela não estava falando só dele, mas falava também para si própria.

Carmem — Por trás da atitude política desse revolucionário ela via um sentimento pessoal, de um homem que procura a morte. Essa lucidez é muito nova e importante na América Latina. É um progresso não se admitir mais o acúmulo de heróis mortos. Um herói pode estar vivo. Podemos dizer e repetir isto aos outros, sem ousar colocar a questão para nós mesmos. Como exilados, protegidos por países que nos acolheram, não temos o direito de nos colocar estas questões. Beatriz foi capaz de dizer isto sobre um amigo revolucionário. Mas não foi capaz de dizer a si mesma. Aparentemente, os exilados são livres, foram arrancados da tortura. Estão por aí, morando não se sabe onde. Então, tudo parece ir muito bem. Suicidando-se, Beatriz denuncia tudo isso e nos diz que nada vai bem.

Nenhum militante tem direito de se matar

Olivier — Como reagem os militantes diante da morte de Beatriz?

Carmem — Um jovem militante acaba de me telefonar e dizer: «Eu não acredito, não compreendo. Nenhum militante tem o direito de se matar». Um outro me diz: «Ela era segura e completamente neurótica. Tudo se explica por uma crise afetiva. Mas eu nunca poderia imagi-

nar...» Estas palavras revelam toda uma concepção da vida militante. Aprendemos que os militantes não têm problemas pessoais. Que as mulheres militantes são de ferro, não sofrem. Você suporta a tortura, a repressão, mas tudo vai bem. Mesmo que nada vá bem. O ato político de Beatriz está ligado ao vazio da vida das mulheres que não se satisfazem com uma sucessão de fugas. Como mulher política, você está sempre dividida entre sua vida militante e sua vida pessoal. Beatriz deveria estar sempre em harmonia com o símbolo de resistência que lhe impuseram. Deveria ser forte, intocável. É essa visão que leva à ineficiência de um certo tipo de político. Ele nega o dia-a-dia, impede as mulheres de falar de si mesmas como mulheres. Elas são conduzidas à solidão e à destruição. A verdadeira Política deve contar a existência das pessoas. Não se luta pelos outros se não se luta também por si mesmo. É preciso ser uma verdadeira mulher para ser uma revolucionária.

As mulheres divididas não podem nada

Olivier — Se você castra as pessoas excluindo o amor, o humano, o cotidiano da política, permanecem duas soluções: desistir da militância ou se matar. E quando você é Beatriz Allende, você não tem mesmo a liberdade de desistir de sua militância.

Carmem — Dizendo castrar, você usa uma palavra que diz respeito aos homens. De certa forma, é revelador, porque, para uma determinada visão as mulheres militantes devem ter comportamentos masculinos. Mas Beatriz não podia esconder sua condição de mulher atrás do trabalho militante. Não existindo como mulher, ela não podia mais aceitar esta contradição entre sua vida pessoal e a política. Foi o gesto final da militante, destruída na sua condição de mulher.

Olivier — Isto significa que é completamente necessário transformar pensamento e ação política.

Carmem — É só as mulheres podem fazê-lo. Só as mulheres, mas não as mulheres sós, isoladas. As mulheres divididas dentro de si mesmas, separadas umas das outras, não podem nada. Somente juntas, se falando, dando-se as mãos poderão transformar o movimento político e a relação com a política: e, portanto, com a revolução.



Periferia: cresce o descontentamento

As condições de vida do povo têm piorado dia-a-dia, tanto pelos salários baixos e insuficientes para enfrentar a carestia, quanto pelo abandono dos bairros em que vive, principalmente na periferia. Isso se deve à pouca possibilidade que tem o povo de exercer o legítimo direito de participar das decisões sobre os problemas que lhe dizem respeito.

Este é o texto inicial da carta lida na Assembléia dos Moradores da Região Nordeste de São Paulo, realizada na Igreja de Santa Cruz de Itaberaba, no último dia 13 de novembro. Estiveram presentes 23 representantes de bairros, cada um com suas reivindicações — que pretendiam apresentar ao Administrador Regional, previamente convidado a comparecer. Mas ele não compareceu. Nem mesmo deu qualquer satisfação para justificar a ausência.

Mesmo assim, a Assembléia realizou-se. Cerca de 200 pessoas permaneceram no local da reunião por mais de 3 horas. Sem contar a hora perdida à espera do representante do prefeito.

Os participantes não pediam muito:

«Só queremos uma rua asfaltada para que o caminhão de lixo possa fazer sua coleta. Iluminação, para que nossos filhos possam voltar para casa tranquilos. Queremos uma condição mínima de vida».

Além disso, os representantes dos 23 bairros da Região Nordeste querem linhas de ônibus populares, ao invés de «executivos», guias nas ruas, ao invés de calçadas, hospitais e postos de saúde (e o nosso dinheiro de salário recolhido para o INPS?); esgoto, coleta de lixo, água, creches, parques infantis, limpeza dos córregos, luz.

A assembléia teve o apoio de Comunidades de Bairros, Associações Culturais, Sociedade de Amigos, Comunidades Religiosas, Clubes de Mães e o Diretório Distrital do MDB — Nossa Senhora do Ó. No final os representantes fizeram um manifesto de protesto pela falta do Administrador Regional e um abaixo assinado cobrando-lhe uma satisfação pela ausência injustificada. Os representantes dos vários bairros levaram pessoalmente as reivindicações à Administração Regional.



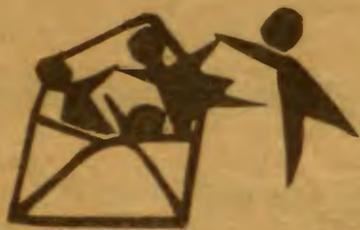
ANISTIA É LIBERDADE

PARTICIPE

CULTO ECUMENICO PELA ANISTIA
CAPELA NOSSA SENHORA DO SION
AVENIDA HIGIENÓPOLIS
DIA 08 DE DEZEMBRO
ÀS 17 horas

CONFERÊNCIA DA ESCRITORA
MILA CAUDURO
PRESIDENTE DO NÚCLEO DA
ANISTIA DO RIO G.DO SUL
DIA 09 DE DEZEMBRO
ÀS 20 horas

CÂMARA MUNICIPAL
VIADUTO JACAREI



BM CORREIO

Brasileiras na Bélgica apoiam Imprensa Feminista Independente

Caras amigas,

Temos acompanhado, com crescente entusiasmo as realizações do Movimento Feminista Brasileiro (...). Se não nos bastasse a preocupação pela continuidade da nova imprensa independente no Brasil, visto considerarmos a liberdade de expressão como um dos corolários da democracia, trazemos sempre presente uma preocupação especial pela «nossa» imprensa: a nova imprensa feminina brasileira. Decidimos dar corpo à nossa preocupação pela difícil situação que atravessam os jornais «Brasil Mulher» e «Nós Mulheres», através da realização de uma «noite de solidariedade com a nova imprensa feminina brasileira (...). Mais de 200

peças disputavam lugares (...) Foi feita uma síntese da declaração conjunta dos dois jornais, de abril deste ano e ressaltado o importante papel que desempenha a nova imprensa feminina.

Esperamos que dessa maneira tenhamos dado uma contribuição mais efetiva para a continuidade do jornal que, mais que um instrumento de trabalho, é para nós o reflexo das lutas das mulheres brasileiras por seus direitos, por melhores condições de vida para a coletividade e pela democracia. (...) Com um grande abraço.

Grupo de Brasileiras da Bélgica

Greve de operários no Rio de Janeiro

A luta dos presos políticos

que significam as reformas do Governo?

estes e outros são assuntos de destaque no mais novo jornal da imprensa «nanica»

EM TEMPO

Parque Stó. Antônio, Jardim Ricardo, Jardim São Rafael, Parque Cocaia, Vila Angelina e mais, muito mais. São 10.000 loteamentos clandestinos em São Paulo, atingindo mais de 3 milhões de pessoas.

Para fazer um loteamento, o proprietário tem que pedir um alvará a Prefeitura. Pela Lei de Zoneamento, os lotes não podem ter menos de 250 ms2 e o loteador tem que apresentar projeto de ruas, de tratamento e despejo das águas servidas, rede de água potável, etc. «Jacaré» faz tudo isso? Loteador clandestino também não.

O pior é quando o loteador nem é dono do terreno. É a chamada grilagem. E um dia, aparece o verdadeiro proprietário...

SOCORRO! LÁ VEM A POLÍCIA!

Em 1973, quando as 351 famílias do Jardim Lageado (São Miguel Paulista) estavam pagando sua última prestação, entrou em cena um segundo proprietário que, com uma escritura do terreno, que dizia ser a

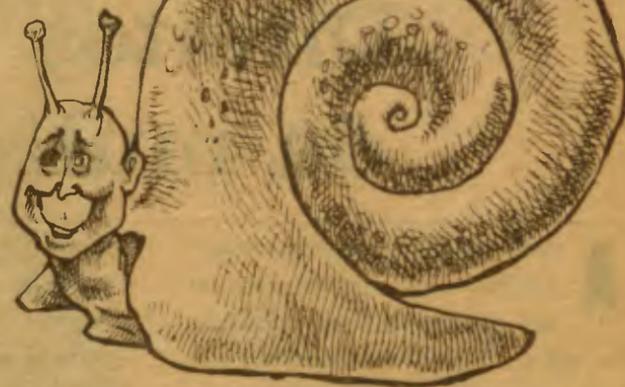
verdadeira, ganhou a causa na justiça. Para não perder suas casas, os moradores fizeram um «acordo» com o novo proprietário: começaram a pagar novamente as prestações. A polícia «convenceu» os que resistiram.

No Jardim Dona Sinhá (Sapopemba) aconteceu quase a mesma coisa, com consequências mais dramáticas: 18 famílias despejadas; um bebê morto em meio à correria de uma família despejada por policiais; muros, telhados, e até casas inteiras destruídas.

SOCORRO! LÁ VEM O FISCAL!

O loteador começa a vender os lotes, sem alvará, sem nada. E ninguém vai fiscalizar. A Prefeitura alega que não tem motivos para isso. Mas, quando um morador começa a levantar seu barraco, sempre tem um fiscal por perto para multá-lo, caso ele não tenha alvará. E depois, quando ele acaba de pagar e vai pegar a escritura, descobre que seu lote não é registrado, logo, não existe. E os loteadores não são punidos.

**FRANCAMENTE!
PRA VIVER NESSA AGONIA
EU PREFERIA TER NASCIDO UM CARACOL.
LEVAVA A MINHA CASA
NAS COSTAS MUITO BEM...**



O poder público diz que não tem meios para isso.

SERÁ QUE NÃO?

Segundo afirmou um assessor do prefeito (FSP, 26/10/77), não é bem assim. O poder público pode proces-

sar o loteador clandestino. Ele pode ser preso ou condenado a pagar multas mensais de Cr\$ 1.276,00 por quilômetro de rua aberta irregularmente. Tudo conforme a lei.

Mas os funcionários da Prefeitura sofrem de um certo constrangimento na aplicação de seus instrumentos legais de punição se o infrator é pessoa de posses (será pelas «bolas»?). Mas ficam à vontade para multar e prender pessoas pobres que não cumpram alguma lei ou regulamento, muitas vezes por falta de informação, outras por falta de condições financeiras.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS?

Isso tudo mostra também que a cidade está crescendo que os meios de controle desse crescimento estão caducos. O loteamento clandestino é um dos problemas da cidade. Que mostra outros, bem mais sérios que loteadores mentirosos e fiscais desonestos. Mostra a intensa migração do campo para a cidade, a má distribuição de rendas, o desinteresse pela classe trabalhadora.

As pessoas que são assim enganadas e desrespeitadas em seus direitos são aquelas que, cada vez mais empobrecidas, procuram a periferia da cidade. É o recém-chegado do interior, do Nordeste, do Paraná, de Minas, trazendo o que apurou na venda de suas poucas coisas; é o jovem operário que vai casar e precisa de um teto; é a família que depois de muitos sacrifícios consegue juntar algum dinheiro para comprar um terreno.

De um lado, um enorme mercado comprador e, do outro, o poder público sem muito interesse em usar os instrumentos de que dispõe para fiscalizar e punir. Uma ótima situação para o especulador. É só botar a mão na massa.

Vamos comprar um terreno?

Os moradores do Parque São Rafael vêm lutando intensamente desde abril pela legalização de seus terrenos. Assistidos pelo departamento jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, os moradores têm pressionado a imobiliária Robru e a Prefeitura para que seja dada uma solução para o problema. A comunidade vem se reunindo e discutindo o problema em Assembleias que contam com a participação de todos e até de moradores dos bairros vizinhos.

Entrevistamos quatro moradores do Jardim São Rafael que participam da comunidade formada em torno da Pastoral da Periferia e que estão a frente da luta.

Dona Dadá — Nós fomos os primeiros moradores daqui. Chegamos do Norte e falamos: «Vamos comprar um terreno». O corretor nos trouxe delicadamente, num carrinho bacana, dizendo que ia ter luz dali uns dias, que os terrenos já estavam todos vendidos, ônibus toda hora, tudo bacana. Como lá na Bahia são poucas as pessoas garganteiras como têm aqui, a gente acreditou. Mas não tinha nada, passava uma jardineira de duas em duas horas. Isso durante anos. Passamos mil dificuldades, mas mesmo assim nunca deixamos passar um mês sem pagar a prestação. Sabe como é, pobre já não tem muito valor, então sempre tem que andar direito.

ISSO NÃO VAI FICAR ASSIM

Dona Nair — Não temos aqui benfeitoria alguma, só a luz. Água é de poço. Mas o problema mais sério é que a gente precisa ter um caminhão de lixo. Na parte mais baixa, é um fedor que ninguém aguenta. E as

crianças jogadas ali, sentadas na lama, tem até fossa escorrendo na rua.

Dona Dadá — Quando terminamos de pagar o nosso lote, fomos tirar nossa escritura. Cadê a escritura? Entre imobiliária e Prefeitura, meu marido fez 13 viagens. Nisso se passaram quatro anos e a escritura não saiu. O mesmo foi acontecendo com os outros que acabavam de pagar. Estava todo mundo de olhos e ouvidos fechados, mas aos poucos foram abrindo. Pode dizer aí: Isso não vai ficar assim, de maneira nenhuma.

Dona Ernestina — Isso é um problema de todos nós, aqui do bairro. Um outro problema que a gente precisava resolver e que eu já falei na reunião da Comunidade, é que precisa de uma creche. Aqui tem muitas mulheres que trabalham fora e que os filhos ficam trancados em casa o dia todo ou na rua, no meio da sujeira. Isso é uma coisa que me deixa revoltada. Vi outro dia, no Jardim Campinas, uma creche. As crianças limpinhas e bem zeladas. Achei aquilo tão bonito e pensei que a gente também podia ter uma igual.

ESSE PEDAÇO DE CHÃO

AQUI É MEU.

Dona Dadá — Nós lutamos por esses terrenos, pagamos tudo e queremos agora nossos direitos. Estamos lutando, vamos até o fim. Tem um sujeito aqui no bairro, o Valdeci, que fica enchendo a cabeça do povo, dizendo que a gente não devia mexer com esse assunto, que vai nos prejudicar, que é melhor todo mundo ficar quieto. Mas quem diz isso é mentiroso e quer tirar o direito do povo.

Sr. José Machado (esposo de d. Dadá) — Só fala mulher no seu jornal? Não? Então quero falar também. Quero avisar para todos que a união faz a força e que quanto mais pessoas participarem, mais cedo a gente vence. Que esse problema é de todos. E quero também dizer para todo o povo de São Paulo que não tratem nenhum negócio com Rafael Parisi (ex-proprietário dos terrenos do Parque São Rafael) e com a imobiliária Robru. Eles são mentirosos e enganam o povo.



O BRASIL MULHER abre esta página de SERVIÇOS para as nossas leitoras. Nesta página responderemos a perguntas sobre leis trabalhistas, problemas legais e informações sobre higiene, saúde e educação. Escreva nos falando das suas dúvidas. Nosso endereço é Rua Oscar Freire, 1607 apto. 2 - Cep. 05409. Pinheiros.

Direitos trabalhistas da mulher gestante

A proteção aos direitos da maternidade evoluiu paralelamente aos demais direitos trabalhistas. No início da industrialização não havia direito algum. Com a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento de suas lutas, a proteção à trabalhadora gestante foi adquirindo destaque especial.

No Brasil de hoje, por exemplo, a gestante tem direito a 12 semanas (84 dias) de licença no serviço, sendo 4 semanas antes do parto. Caso o parto se complique, esses prazos poderão ter um acréscimo de 2 semanas antes e 2 semanas após o parto, quando comprovado por atestado médico. Se o parto for prematuro, a mulher terá então, direito a 12 semanas após o parto.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) esclarece os direitos da mulher gestante a partir do art. 381. Nesses artigos, observa-se que a

mulher poderá mudar de função caso o tipo de trabalho prejudique a gestação. Quanto ao salário, terá direito a recebê-lo integralmente ou, se for variável, a uma média do que recebeu nos últimos 6 meses.

Há artigos de difícil aplicação. É o caso do direito que a mulher trabalhadora tem de, nos primeiros 6 meses de vida da criança, ter dois descansos de 1/2 hora por dia, para se dedicar à amamentação. Caso ocorra «aborto não criminoso», a mulher tem direito a 2 semanas de descanso.

Existe ainda a «Justiça do Trabalho», onde os Juizes procuram interpretar a CLT, julgando casos específicos não previstos inteiramente. Esses julgamentos formam «correntes jurisprudenciais», tornando-se novos direitos da mulher gestante. Como exemplo poderíamos citar o que ocorre quando o empregador despede uma funcionária grávida. A

cada ano que passa, o entendimento dos Tribunais favorece mais a mulher gestante. Atualmente alguns juizes consideram que o empregador não tem direito de despedi-la; se o fizer, será condenado a pagar integralmente os meses que faltam para o parto e, inclusive, os dois meses seguintes.

Quem paga o período de descanso é o empregador, que depois é reembolsado pelos Institutos de Previdência. Se a empregada não tem registro regular, todo o ônus do descanso recai sobre o empregador. Como se observa, para quem não tinha nenhum direito, já houve algumas conquistas. É sempre uma questão de lutar quando necessário.

Nos países europeus, os períodos de descanso são bem maiores. E mais, lá até os homens estão brigando por meses de descanso antes e após o parto de suas esposas, para dividir com elas o cuidado do filho.

Câncer da mama

Nem todos os tumores da mama são cancerosos. Cerca de 80% dos tumores encontrados no seio são benignos: embora aumentem de tamanho, não causam perigo à vida.

Os tumores malignos — cancerosos — causam perigo à vida. Crescem, invadem e destroem os tecidos normais, espalham-se para outras partes do corpo. No início, o câncer é comumente indolor. Só pelo exame médico, seguido de exame de laboratório, é possível distinguir um tumor benigno de um maligno.

O tumor maligno descoberto antes de se irradiar para outras partes do corpo, tem maior possibilidade de cura.

COMO FAZER SEU PRÓPIO EXAME

O exame dos seios deve ser incluído em todo exame médico periódico que você faça. Você mesma deverá examinar suas mamas regularmente, a cada 30 dias.

1. Sentada com as costas retas, na frente do espelho, primeiro com os braços caídos para os lados e depois levantados, observar, em cada uma dessas posições, se desde o seu último exame houve modificação no tamanho ou forma das mamas, especialmente enrugamento ou retração anormal da pele.

2. Deitada de costas, com uma toalha dobrada debaixo do ombro esquerdo, levante o braço e coloque a mão sobre a cabeça. Com a ponta dos dedos da mão direita, pressionar delicadamente, com movimento rotatório, a metade interna da mama: na direção do bico para dentro, e do alto para baixa.

3. Desça o braço para o lado e examine a metade externa, com cuidado especial. Dê particular atenção à parte externa superior e sob a axila. Coloque a toalha debaixo do ombro direito, para examinar o seio direito. Observe qualquer secreção pelo bico, fora do período de gravidez e lactação.

CAUSAS E PREVENÇÃO DO CÂNCER DA MAMA

As causas do câncer da mama não são conhecidas. Muitas pacientes referem-se a uma pancada no seio. Na realidade, é possível que tal pancada tenha chamado a atenção das pacientes para o seio e só então elas notassem o tumor.

O exame periódico deve procurar lesões que possam causar o câncer ou mesmo o câncer inicial, ainda em fase não invasora.

O diagnóstico precoce é importante para o sucesso do tratamento do câncer.



Aqui estão os endereços dos grupos de mulheres nos vários Estados

Bahia:

Associação Feminista da Bahia
Salvador

Minas Gerais

Grupo Pró Centro da Mulher Mineira
Belo Horizonte

Paraná

Sociedade Brasil Mulher
Av. Inglaterra, 655
Londrina - CP 1379

Pernambuco

Sociedade Mulher do Nordeste
Av. Conde da Boa Vista, 50 s. 530 Recife

Rio de Janeiro

Centro da Mulher Brasileira
Av. Franklin Roosevelt, 39 s. 713
CEP 20.000 - Rio de Janeiro

Sociedade Brasil Mulher
Av. Rui Barbosa, n. 762
Flamengo - CEP 20.000

São Paulo

Centro de Desenvolvimento da Mulher
R. 24 de Maio, 188 s. 314 - Centro
São Paulo

Nós Mulheres
Rua Fidalga, 548 - s. 26 - V. Madalena
São Paulo

Sociedade Brasil Mulher
Rua Artur Prado, 637
Paraisópolis

Solicitamos aos grupos formados ou em formação que nos enviem seus endereços.

FESTIVAL DE MÚSICA

O POÇO

Quando subiu ao palco e parou em frente ao microfone, com o vestido dourado que botou especialmente para a ocasião, Francisca Moreno estava um pouco nervosa. Era a primeira vez que cantava para o público e não havia avisado o marido: ele não teria deixado. Aplaudida pelos 350 operários, donas de casa e crianças que lotavam o salão da Igreja da Vila Brasilina, ficou bem mais segura. Quando voltou para casa com os filhos resolveu discutir o assunto com o marido. E, junto com a sogra, conseguiu convencê-lo da importância de participar do III Festival de Música Popular da Periferia de São Paulo. Francisca, de 38 anos, tem 38 músicas inéditas, duas delas feitas especialmente para o Festival, dentro do tema proposto pelos organizadores: «a vida dura, o salário e o custo de vida». Já compôs samba, fox, música caipira, iê iê iê, baião e até valsa. Está tudo anotado num caderninho que guarda apenas para as letras. Não toca nenhum instrumento, não sabe escrever música. Faz tudo na base da inspiração. Isola-se num canto e fica cantando



baixinho, tamborilando os dedos na mesa. Tanto pode nascer um samba como um baião. Os filhos estão acostumados e até ajudam. Cantam junto para Francisca gravar a melodia e guardar de memória. Até o festival, o maior público que Francisca havia tido eram os cinco filhos.

A importância do festival — organizado por um grupo ligado às comunidades de bairro da Capital — é justamente servir como canal de expressão para os moradores da periferia, «afastados dos meios de comunicação de massa, em mãos de poucos e grandes grupos». É um festival fora dos padrões tradicionais, anticompetitivo. Não há prêmios, a classificação é mera formali-

dade. As músicas vencedoras são escolhidas pelo júri popular, em primeiro lugar, e por um júri convidado, composto por representantes de organizações ou entidades ligadas, de alguma forma, a trabalhos de interesse do povo.

Durante 3 noites — duas eliminatórias e uma final — nos dias 6, 7 e 13 de novembro, foram apresentadas 32. Grande parte dos compositores auxiliava na organização, carregava cadeiras, arrumava o salão, e fazia o acompanhamento das músicas. Os vencedores foram Terezinha Barros, funcionária aposentada da Walita, e Ademir dos Reis, com a música

Quanto custa sua vida?

O samba dos oprimidos

Dia 15 de outubro estreou em Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro, a peça de teatro «O samba dos oprimidos». A peça, criação coletiva do grupo Tafetá, concretiza a proposta de teatro popular dos 28 membros do grupo. Para eles, operários ou filhos de operários, o teatro deve mostrar aspectos da realidade brasileira, fundamentalmente da realidade do subúrbio carioca. É o que faz, por exemplo, o refrão do samba enredo do GRESPA (Grêmio Recreativo Escola de Samba Pingentes do Ar), quando denuncia os problemas de uma comunidade da classe média pobre, moradora de conjuntos habitacionais ou de vilas populares ao longo da avenida Brasil, e usuária dos trens da Central:

«A maravilha do trem japonês
Que não traz benefício a ninguém
Nem ajuda a despesa do mês...»

Os elementos do grupo — entre 16 e 22 anos — discutem a necessi-

dade de participar dessa realidade, de refletir sobre ela e de apresentar alternativas para a sua transformação.

Com várias apresentações e com grande aceitação por parte da comunidade, o Tafetá pretende ampliar seu trabalho. Seu objetivo é a divulgação e o fortalecimento de grupos com propostas populares, o incentivo à criação de novos grupos e o debate em torno da própria definição de «arte popular». Nesse sentido o grupo já convocou outras entidades para a organização de I Feira de Arte Popular, que constará de trabalhos e debates sobre teatro, cinema, música, artes plásticas e visuais: de 15 a 22 de dezembro de 1977; estrada do Engenho, 442 — Colégio Bangu — RJ; Comissão organizadora: Tafetá, Garra Suburbana, GGRUEXTERJ, Clá, Ponto 100 réis, Assuatos e Brasil Mulher.

- Flavia da
Silveira Lobo
- Tudo culpa da mãe
deu carinho demais
- Tudo culpa da mãe
deu carinho de menos
- Tudo culpa da mãe
ele teve babá
- Tudo culpa da mãe
cuidou sempre do filho
- Tudo culpa da mãe
não quis se separar
- Tudo culpa da mãe
descasou recasou
- Tudo culpa da mãe
vive metida em livros
- Tudo culpa da mãe
nem jornal ela pega

- Tudo culpa da mãe
por perto o dia inteiro
- Tudo culpa da mãe
quase não para em casa
- Tudo culpa da mãe
cobra cada serviço
- Tudo culpa da mãe
nunca se valoriza
- Tudo culpa da mãe
nada com sacrifício
- Tudo culpa da mãe
a pura masoquista

- Tudo culpa da mãe
manso robô servil
- Tudo culpa da mãe
parece um ditador

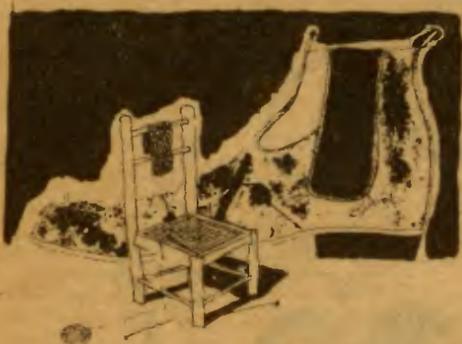
- Tudo culpa da mãe
o amor dela mais ela

- Tudo culpa da mãe
mulher essexuada

- Tudo culpa da mãe
horizonte nenhum

- Tudo culpa da mãe
horizontes de sobra

- Tudo culpa da mãe.
tudo culpa da mãe.



Mulher do Marido

- Assim Assim
- Mulher Assim
- A Vida Tricotada
- Em Devaneios
- Com Fios E Filhos
- Na Varanda Viajan do Mundos
- Psu
- Chegaram Duas Botas
- E Um Marido Dentro

Beto



BRASIL MULHER
PRODUÇÕES
apresenta

CHARADA

ALÔ,
PATRÃO?

ASSIM NÃO DÁ!
10 CRUZEIROS O
MONTINHO?!
ABAIXA ISSO! MEU
DINHEIRO NÃO CHEGA,
ASSIM!

POR ENQUANTO
É SÓ PECHINCHA...
TUDO BEM.

E A SENHORA QUER
QUE EU FAÇA O QUE?
ISSO AQUI ME SAI CARO!
E DEPOIS EU TAMBÉM
PAGO ALUGUEL, ROUFA,
ESCOLA, QUE NEM A
SENHORA !!

EPA! COMEÇOU
O DIÁLOGO!

OLHA SÓ: PRA SENHORA
É MUITO, PRA MIM
É POUCO.
... E AGORA?

ALÔ?
PATRÃO, ELES
DESCOBRIRAM
ONDE É QUE
TÁ A CHARADA!

AGORA, É O
SEGUINTE: O DINHEIRO
TÁ FALTANDO PRA TODO
MUNDO QUE TRABALHA.
TEM GENTE SEGURANDO
O QUE É NOSSO.

XI!

É CLARO!
EM VEZ DA GENTE FICAR
RECLAMANDO UNS COM OS
OUTROS, VAMOS REIVINDICAR NOS
NOSSOS SÍNDICATOS, ASSOCIAÇÕES,
SOCIEDADES!

É VERDADE!

LÓGICO!

XI, MEU
DEUS!

FALA!

CONTRA A
ALTA DO
CUSTO DE VIDA

POR SALÁRIOS
DIGNOS!

LIBERDADES DE

ALÔ, PATRÃO?
INVENTA OUTRA, RÁPIDO!!
ESSA CHARADA
ELES
MATARAM!

LAERTE

ARMOB-MILANO
ARCHIVO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO